

TRABALHO, FAMILIA E CLASSES SOCIAIS EM S. PAULO

EVA ALTERMAN BLAY

A afirmação de que os processos de urbanização e industrialização conduzem à massificação e à homogeneização dos comportamentos constitui uma hipótese ainda não comprovada. A expansão dos centros urbanos e a aplicação da força de trabalho aos setores secundários e terciários têm-se feito com a manutenção da especificidade dos sistemas sociais nacionais. As diferentes nações, mesmo quando situadas nos polos mais elevados da mecanização, automação e concentração urbana não podem ser englobadas como um todo uniforme dadas as distinções que as personificam (1).

A análise do interior de cada uma destas sociedades revela que, embora perpassadas pelos recentes meios de comunicação de massa, mantém acentuada diferenciação entre os grupos sociais internos. Ao se aplicar a qualificação de "sociedade de massa" enfatiza-se uma aparente homogeneidade social. O acesso que as diferentes classes sócio-económicas têm aos vários veículos de comunicação não uniformiza a captação do conteúdo das mensagens transmitidas. Portanto, a utilização de "meios" comuns pode manter e até mesmo ampliar a diferenciação social interna gerada pelas classes sociais.

Alguns estudos feitos sobre o processo de mudança social de sociedades que se incluem no sistema capitalista — no "centro ou na periferia do sistema" (2) — pressupõem que os dados relativos a uma delas possam ser generalizados para todas as demais. (3) A contestação de tal generalização faz-se

1. Veja-se a este respeito a explanação de Darhendorf, Ralf, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial* — Ediciones Rialp S/A. Madrid, 1962.
2. Veja-se a excelente definição de Luiz Pereira sobre a composição do sistema capitalista ocidental em: Pereira, Luiz — *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. Difusão Européia do Livro. 1965.
3. Veja-se, por exemplo, Moore, Wilbert — *Social Change*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey, 1963.

não só a partir dos países orientais como também pelos países situados na periferia do sistema econômico capitalista (4).

Incidindo-se o foco da análise do processo de mudança social concomitante à urbanização e à industrialização, sobre a organização da família, poder-se-á concretizar o conteúdo de algumas das transformações.

No presente artigo propomo-nos a examinar algumas das mudanças sofridas pela organização familiar em S. Paulo. Estas correlacionam-se positivamente com as alterações do mercado de trabalho e com a expansão da área urbana. Basicamente, porém, os indivíduos e seus grupos familiares ocupam posições em *classes sociais* às quais correspondem *vários tipos de organização familiar*. Não se pode, portanto, falar em "família paulista típica".

A maioria dos domicílios da capital são habitados por famílias nucleares, isto é, compostas pelo pai, mãe e filhos solteiros. Contudo são os vínculos mantidos pelos indivíduos que determinam a extensão do *efetivo* grupo familiar. Assim é que, paralelamente às *famílias nucleares* existem, em São Paulo, *famílias extensas*. Estas resultam dos contatos sociais, ajudas financeiras, e de várias outras formas pelas quais famílias nucleares se ligam entre si constituindo uma unidade maior.

As organizações familiares que se compõem na área metropolitana de São Paulo resultam em grande parte do tipo de população que migrou para a capital do Estado.

1. Caracterização Econômico-Demográfica do Município de São Paulo

Os dados disponíveis, relativos ao município de São Paulo, surpreendentemente, continuam escassos; pode-se contar com estimativas para os anos posteriores a 1950, pois, como se sabe, o Censo de 1960 não foi publicado para São Paulo.

Comparando-se as características da população paulistana a partir de 1940 até 1969 verifica-se que o município da Capital sofreu um progressivo aumento em números absolutos passando de 1.326.261 para 5.904.572 habitantes. (5)

Este aumento reflete dois sentidos perceptíveis através de uma análise percentual da composição etária a população. O primeiro deles, que é o mais longo, indica um constante fluxo migratório de pessoas principalmente

4. Sen Lalit — *The concepts of tradition and modernity — a re-evaluation*. Tese apresentada ao II Congresso de Sociologia Rural em Driebergen-Enschede, Holanda. Agosto, 1968; e Pereira, Luiz — op. cit., 1965.
5. Departamento de Estatística do Estado e Secretaria de Economia e Planejamento — Departamento de Estatística. Dados mimeografados. 1970.

de 20 a 29 anos de idade. Isto é, coincidindo com a expansão da industrialização, a partir da segunda guerra mundial, amplia-se o mercado de trabalho para o qual aflui imensa corrente migratória de outros estados do país e, sobretudo, das demais zonas do próprio estado de São Paulo. É uma população em idade *econonomicamente ativa* que vem engrossar a *força de trabalho* da Capital. O Quadro I, transcrito a seguir, indica com clareza que a pirâmide etária da Capital sofre um "estreitamento importante da base com forte alargamento do tronco, principalmente para as idades de 20 a 29 anos". (6)

O processo de alargamento do tronco e, por conseguinte, do ápice da pirâmide etária, verifica-se no Estado todo; na Capital, porém, é mais acentuado. Isto indica um aumento relativamente maior da população com mais de 20 anos e inclusive daquela com mais de 60 anos.

O segundo sentido do processo de transformação pelo qual passa a população paulistana faz-se sentir quando são comparados os dados de 1966 com os de 1969. Há uma visível alteração no padrão de crescimento conforme as idades: *Crescem as camadas com menos de 19 anos e diminuem as proporções de indivíduos com mais de 20 anos* (exceto as faixas de 30 a 39 e de mais de 80 anos).

As transformações deste fim de década refletem, provavelmente, a saturação do mercado de trabalho da Capital. Este já não representa para a população do interior do Estado e do resto do País, a possibilidade de encontrar uma ocupação remunerada. Reduz-se o fluxo migratório justamente das faixas de indivíduos que até 1966 constituíam a massa dos migrantes, daqueles com plena força de trabalho. Este dado parece confirmar-se através das informações do Departamento de Imigração e Colonização. Naquele organismo passaram, em 1960, 117.979 migrantes nacionais, em 1965, 70.400, e em 1966, 67.627.

É preciso considerar não só as transformações da economia paulistana como aquelas que ocorrem no resto do País e que influem sobre o movimento global da população. Do ponto de vista da estrutura econômica paulistana houve, nos últimos aons, vários fatores que alteraram o mercado de trabalho. A progressiva incorporação de maquinário automatizado provoca redução na mão-de-obra necessária e eleva as exigências de qualificação profissional para os novos cargos que são oferecidos. Este processo coincide, deve-se destacar, com um período de retração econômica que afetou toda a zona industrial do País.

Além destes fatores internos ao Estado e ao Município de São Paulo, há que considerar a política econômica global posta em prática no País com

6. Pereira, Wladimir — Implicações Demográficas do Desenvolvimento Econômico — Revista Ciências Econômicas e Sociais, Vol. 13, n.º 1 p. 83 e 85. (Os grifos não constam no texto).

QUADRO I

**DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO ESTADO E DO MUNICÍPIO
DE S. PAULO ENTRE 1940 e 1969 ***

Idades	Estado de São Paulo				Município de São Paulo			
	1940	1950	1960	1969	1940	1950	1960	1969
0-9	27,7	26,7	26,1	25,7	26,3	20,1	20,2	20,3
10-19	23,5	21,6	20,6	19,8	22,6	21,8	18,8	16,4
20-29	17,9	18,9	19,6	20,1	16,5	20,2	22,3	23,9
30-39	12,9	13,9	13,4	13,5	13,8	16,0	15,6	15,2
40-49	8,7	9,4	9,8	10,1	9,6	10,8	11,3	11,8
50-59	5,0	5,7	5,9	6,1	6,1	6,2	6,0	7,1
60-69	2,7	2,9	3,0	3,1	3,4	3,2	3,2	3,6
80 ou mais ignorada	1,1	1,1	1,1	0,5	1,1	1,7	1,3	1,2
Total em 1000 hab.	7180	9134	12900	15925	17525	1326	2198	3676
								5116
								5905

* Fontes: Departamento de Estatística do Estado e Secretaria da Economia e Planejamento.

— Departamento de Estatística. Dados mimeografados.

a finalidade de distribuir o mercado de trabalho por outras regiões. A criação de vários setores industriais, numa tentativa de descentralizar a concentração econômica sulina, possivelmente, já se está fazendo sentir através de uma fixação de potenciais migrantes nacionais, se não nas zonas agrícolas, pelo menos em outros centros urbanos do Brasil. Cite-se, como exemplo, Belém, no Pará ou Aratu, na Bahia.

II — *Média de idade população de São Paulo e encargos econômicos*

Uma análise de características demográficas feita para períodos curtos de tempo e sobre os quais há parcós informes, pode conduzir à conclusões imprecisas. Contudo, levando-se em conta tais limitações, pode-se constatar, conforme dados expostos no Quadro II que a média de idade dos habitantes do município, embora seja a de uma população jovem, é mais madura que a do Estado.

QUADRO II

MÉDIA DE IDADE DA POPULAÇÃO DO ESTADO E DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO ENTRE 1940 e 1969					
	<i>Média de Idade</i>				
	1940	1950	1960	1966.	1969
Estado	22,95	23,77	24,30	24,62	24,37
Município	26,11	26,70	27,01	27,18	25,53

Fone: Secretaria da Economia e Planejamento — Departamento de Estatística. (Dados mimeografados)

Como se vê, pelo quadro acima, no ano de 1969, a média de idade da população do município (25,53 anos), embora mais alta do que a do Estado (24,37 anos) é a mais baixa de todo o período considerado. Isto se deve ao incremento relativo da população de 0-9 e de 10 a 19 anos, e à diminuição das faixas mais velhas. Acrescente-se que este aumento da população jovens se dá apesar do elevado índice de mortalidade infantil do município, que vem crescendo a partir de 1964. Naquele ano, em 1000 crianças nascidas vivas morriam 71, e em 1967, pereciam 77. (7)

7. Dados fornecidos pela Secção de Demografia Dinâmica da Divisão de Estatística Demográfica do Departamento de Estatística, onde fomos auxiliados na in-

O índice de mortalidade infantil virá reduzir, por consequência, a esperança de vida ao nascer, a qual contudo é elevada para São Paulo em comparação com o Brasil. Em 1965, a vida média em São Paulo era 63 anos e, para o Brasil era 52,5 anos. (8)

A concentração industrial do município de São Paulo, e a presença de uma larga população em plena força de trabalho repercute sobre o encargo econômico que um trabalhador deve cobrir. Quanto maior o número de pessoas economicamente ativas tanto menor será a parcela que recairá sobre cada um deles a fim de garantir os gastos efetuados co mcrianças e velhos inativos.

Estudo realizado pelo Prof. Wladimir Pereira (9) demonstra que "cada mil adultos no Brasil, cuja vida média não chega a alcançar 55 anos, tem a seu encargo, pelo Censo de 1960, 904 pessoas, das quais 814 crianças e 90 velhos. ... Encarado o mesmo fenômeno, em relação ao Estado e ao município de São Paulo, constata-se situação mais promissora e que vem melhorando de 1940 para nossos dias. Realmente, tendo o Estado uma vida média atual superior a 59 anos e o município a 63 anos, seus encargos econômicos são respectivamente, de 681,5 e 501,7 crianças e velhos para mil adultos".

Isto significa que na cidade de São Paulo, o trabalho de 1000 indivíduos adultos deve sustentar 1.502 indivíduos aproximadamente.

A composição etária da população da Capital e os encargos econômicos que lhe competem explicam-se pela corrente migratória que se dirige para S. Paulo. Individuos, em plena força de trabalho, abandonam suas regiões de origem para trabalhar na Capital. O ônus que eles representavam enquanto crianças foi coberto pelas demais áreas do País. Ao migrarem estão em idade de produzir.

Como consequência, há uma redução dos encargos econômicos a serem cobertos pelos indivíduos profissionalmente ativos já que têm sua força de trabalho reforçada e reduzida a população inativa composta de velhos e crianças.

III — Força de trabalho e estratificação das famílias paulistas

Os processos até agora abordados trataram como um todo a população do município de São Paulo. Vista de uma perspectiva interna esta população estrutura-se em grupos menores ,constituidos a partir de laços de parentesco e, reforçados por vínculos econômicos. Pesquisa realizada pela

terpretação de alguns dados pelo Prof. Vatasí a quem agradecemos.

8. Pereira, Wladimir, op. cit. p. 93, 1968.

9. Pereira, Wladimir — A Evolução Industrial Paulista e suas Consequências. Tese mimeografada. p. 89. 1969.

Fundação Getúlio Vargas em 1961-1962 fornece alguns dados descritivos a respeito da organização econômica da família paulistana. (10) Selecionadas por amostragem, as 671 famílias entrevistadas representam, por suas características, a população de famílias da cidade de São Paulo. Uma análise das classes sociais das famílias pode ser feita a partir dos dados então obtidos. Classificando-se a função econômica do chefe obtém-se a seguinte distribuição:

- 40,4% — operários (pessoas ligadas à produção industrial)
- 14,7% — negociantes
- 13,0% — comerciários
- 6,9% — serviços públicos
- 6,1% — industriários (pessoas ligadas a trabalho de escritório ou administração de organizações industriais)
- 5,7% — profissionais liberais
- 0,9% — forças armadas
- 0,4% — cargos de direção
- 11,9% — não especificados.

Agrupando-se as percentagens correspondentes à atividade econômica do chefe da família, em três grupos, resulta uma hierarquização das classes sociais dos grupos familiares. A classe alta e a classe baixa são razoavelmente distinguíveis que pelo prestígio da ocupação do chefe quer pelo rendimento auferido. O mesmo não se passa com a classe média que engloba ocupações de pouco prestígio mas, por vezes, bem remuneradas, ao lado de outras de alto prestígio e menos bem remuneradas. Todavia, como se deseja uma visão global da estratificação social das famílias paulistanas pod-se agrupar ocupações diversas mas que ocupam uma posição intermediária quando comparadas às demais.

Resultam as seguintes classes sociais:

<i>classe baixa</i>	52,3%	(operários e "não especificados", que, em geral, são denominações que encobrem o sub-emprego)
<i>classe alta</i>	6,1%	(argos de direção e profissionais liberais)
<i>classe média</i>	41,6%	(todas as demais categorias profissionais)

A estratificação social da cidade de São Paulo, semelhante a outras zonas urbanas e industriais, difere fundamentalmente daquela típica de países cuja base econômica se fixa na grande propriedade agrária. No Brasil,

10. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia. Pesquisa sobre Orçamentos Familiares. São Paulo. 1961-1962.

onde vigorou aquele sistema econômico com exclusividade até o começo do século XX, a estratificação social refletia uma hierarquização da população em duas camadas principais, proprietários e trabalhadores livres (e anteriormente também o escravo).

A diferenciação de uma nova camada social — a classe média — e seu aumento numérico são principalmente resultado da expansão do mercado de trabalho urbano e industrial. É certo que as zonas urbanas já no fim do século XVI, e no século XVII apresentavam condições para o desenvolvimento de um grupo de comerciantes, administradores e pessoal ligado a transportes. (11) Contudo, esse grupo só assume expressão numérica com a industrialização do País e com o crescimento das cidades.

Os dados expostos indicam que vive na cidade de São Paulo, uma população em que pouco mais da metade dos indivíduos são de classe baixa e, entre os restantes, predominam os de classe média; há um pequeno grupo de classe alta.

A classe quantitativamente dominante compõe-se de trabalhadores definidos como operários mas também de 11,9% cujas atividades econômicas não puderam ser bem especificadas. Entre estas estão arroladas imensas quantidade de serviços supérfluos, desnecessários, que se improvisam nas zonas urbanas dos países sub-desenvolvidos onde o mercado de trabalho não oferece oportunidades a toda a força de trabalho presente. Indivíduos que dependem de tais atividades constituem as camadas marginais das áreas urbanas e industriais comuns a todos os países economicamente periféricos. (12) São Paulo, apesar de concentrar 70% da indústria do país, não escapa a este fato geral na América Latina. Quando comparada a outras cidades brasileiras a marginalização aqui aparece mais disfarçada.

IV — Subdesenvolvimento e divisão do trabalho no grupo familiar

Querem alguns autores que "nos países economicamente adiantados é, em geral, maior do que nos atrasados a proporção dos profissionalmente ativos na população total, em virtude de maior percentagem de adultos nesta população e da maior participação feminina nas atividades profissionais..." (13). E baseados nesta informação concluem que S. Paulo se classificaria entre as zonas desenvolvidas. Tal generalização não apreende as reais características da divisão do trabalho na área paulistana.

-
11. Veja-se Singer, Paul — *Evolução Urbana e Desenvolvimento Econômico*. Cia. Editora Nacional, 1968.
 12. Veja-se Cardoso, Fernando Henrique e Reyna, José Luiz — *Industrialización, Estructura Ocupacional y Estratificación Social en América Latina*. Cepal/ENDE 1967.
 13. Mortara, Giorgio-apud Wladimir Pereira, op. cit. 1969 (os grifos não constam no texto).

A população profisionalmente ativa do município de São Paulo, de 15 a 59 anos, cresceu entre 1940 e 1966, de 63,1% para 69,0%, percentagens respectivamente mais elevadas do que as encontradas para o Estado de S. Paulo e para o Brasil. Mas a conclusão de que o citado município possui uma estrutura profissional semelhante a dos países desenvolvidos é incorreta pois não considera aspectos concretos da *remuneração do trabalho*.

O aumento do número de trabalhadores deve-se, em São Paulo, à perda do valor do trabalho dos chefes familiares.

Verificou-se que "as famílias com uma pessoa economicamente ativa tinham renda acima da média e, aquelas em que duas ou mais pessoas exerciam atividade econômica, consignavam uma renda inferior à média geral".⁽¹⁴⁾ Isto é: aquelas famílias em que o *chefe tem remuneração elevada* tendem a ter um menor número de pessoas do grupo familiar trabalhando. Ora, se observarmos que 15% das famílias pesquisadas viviam do salário mínimo e apenas aquelas que "percebiam em média pelo menos quatro vezes o salário mínimo de então conseguiam equilibrar seu orçamento..."⁽¹⁵⁾ resulta que cada grupo familiar de baixo rendimento procura fazer com que o maior número possível de seus membros consiga arranjar um trabalho remunerado.

Importa assinalar mais um aspecto investigado pela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas onde se verificou que "muito embora a presença de maior número de pessoas ativas tenha concorrido para aumentar a receita da família, releva observar que o elevado número delas, numa dada unidade de consumo teria ocorrido, menos no sentido de aumentar a renda do que de fazer face à pressão das despesas, o que nem sempre foi conseguido. Se nestas famílias considerarmos apenas a receita do chefe, vemos que esta era deficitária mesmo para níveis elevados de renda".⁽¹⁶⁾

A classe média e a classe baixa enfrentam problemas econômicos semelhantes embora incomparavelmente mais agudos para a segunda. A solução encontrada para aumentar a receita está em aumentar o número de trabalhadores do grupo familiar. Esta alternativa não conseguiu estabelecer um equilíbrio entre receita e despesa. Resulta, de modo geral, um progressivo "endividamento" ou a "redução do ativo".

Dados levantados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) em pesquisa sobre o "Padrão de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo" mostraram que em 1969 reduziu-se o valor do salário real do chefe da família. Comparando resultados de pesquisa feita em 1958 com os de 1969, verificou-se uma "perda

14. Fundação Getúlio Vargas — op. cit. p. II. 1962.

15. Fundação Getúlio Vargas — op. cit. p. III. 1962.

16. Fundação Getúlio Vargas — op. cit. p. IV. 1962.

sensível do poder aquisitivo da família trabalhadora e do salário do seu chefe. A redução do salário real do chefe alcançou 64,5%, no decorrer de 11 anos, enquanto a renda real da família foi da ordem de 10%". (17)

O tamanho médio da família da classe trabalhadora era, em 1958, de 4,5 membros. Nela havia um membro economicamente ativo. Em 1969, o tamanho médio cresceu para 4,9 e o de membros ocupados passou a 2,0. Contudo, a renda familiar caiu.

O resultado imediato da perda do poder aquisitivo dos rendimentos auferidos está no aumento da população economicamente ativa no grupo familiar. Este resultado, pelo que vimos, não decorre do "desenvolvimento" econômico do País, mas, ao contrário, da depreciação do valor do trabalho.

O maior número de mulheres que ingressam na força de trabalho ativa, assim como o trabalho remunerado de menores, vem suprir a perda do valor real do rendimento do chefe.

A conseqüente divisão do trabalho remunerado no interior da família não pode ser entendida como a instalação de novos padrões de comportamento. Estes realmente surgem e se mantêm paralelos aos anteriores. Do aumento do trabalho feminino não se pode inferir uma quebra da autoridade do chefe. Encontramos, com freqüência, em pesquisa realizada num dos bairros da Capital (18), uma reformulação dos padrões tradicionais para as situações novas da área urbana e industrial. Filhos solteiros, homens ou mulheres, que trabalham remuneradamente, entregam para o pai ou a mãe seus "envelopes" com o salário do mês todo. Isto é, predomina a posição do filho e não a do trabalhador na medida em que ele não dispõe da remuneração de seu trabalho.

V — Classes sociais e vida metropolitana

A condição de metrópole da cidade de São Paulo é recente. Sua população compõe-se de cerca de 70% de migrantes nacionais vindos do interior do Estado de São Paulo, de outros Estados e do estrangeiro. Predominam os originários da zona rural.

A estrutura social paulistana compõe-se sobretudo da classe trabalhadora. Emerge, em grande proporção, a classe média.

Estes dois aspectos são importantes para o estilo de vida que está-se constituindo na área metropolitana de São Paulo.

-
17. Diesse — Pesquisa de Padrão de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo. Mimeografado. 1969.
 18. Pesquisa sobre «Formas organizadas e espontâneas de organização social num dos bairros de São Paulo», realizada entre 1963 e 1964 pela Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P. e dirigida pelos Professores Azis Simão, Douglas T. Monteiro e Eva Alterman Blay.

A mudança de uma zona geográfica para outra não é condição determinante de que novos valores e comportamentos passem a vigorar. Ao contrário, as antigas estruturas tradicionais que funcionavam em economias agrárias são "maleáveis" o suficiente para incorporar inovações urbanas e se imporem às economias industriais.

As classes altas se transferem para a zona urbana e investem nos setores da economia não agrícola. Detêm o poder econômico e conservam padrões de trabalho semelhantes aos adotados na atividade agrária. Mantêm cargos ocupados por indivíduos de confiança, por parentes, e não necessariamente selecionados por critérios racionais. Isto é, conservam um comportamento adscritivo, orientado pelas relações de parentesco.

Inúmeras empresas, de pequeno, médio ou grande porte, asseguram economicamente seus parentes.

Em trabalho da Cepal (19) descreve-se a vigência deste tipo de comportamento em toda a América Latina. São Paulo parece enquadrar-se também, conforme dados de recente pesquisa do Prof. Manoel T. Berlink (20). Verificou ele que no atual período de transição para uma sociedade metropolitana "caracterizada por uma industrialização relativamente incipiente e recente, e por um intenso processo de urbanização, a estrutura da família tende a permanecer semelhante àquela do segmento pré-industrial e rural desta mesma sociedade". Na classe alta e média-alta mantém-se a família extensa: pai, mãe, filhos solteiros, filhos casados e outros parentes consanguíneos. Isto não significa que eles habitem o mesmo domicílio mas que tenham numerosos e freqüentes contatos. Prevalecem expectativas de auxílio financeiro por parte dos parentes em caso de necessidade.

Quanto à classe média, que é composta segundo Berlink, por elementos que desceram da classe alta ou que ascenderam da classe baixa, ela ainda não organizou um "comportamento estrutural típico". Seu grupo de referência, isto é, aquele que lhe serve de modelo, é a classe alta cujos valores e comportamentos ela adota ou "almeja". Menos do que a classe alta, a média também mantém contatos mais ou menos freqüentes com um amplo grupo familiar.

Finalmente, a classe baixa é aquela na qual se distingue a constituição de uma família nuclear. Ao migrar para a cidade o grupo familiar de classe baixa desliga-se da oligarquia rural e, no princípio, é auxiliado por parentes. As condições iniciais de adaptação são enfrentadas com a orientação daqueles que vieram há mais tempo. Mas estes laços parecem que se enfraquecem devido à "instabilidade no emprego" e à "mobilidade geográfica".

-
19. Cepal — *El Desarrollo Social de America Latina en la Pos Guerra*. Solar/Hachette, 1964.
 20. Berlink, Manoel Tosta — *The Structure of Brazilian Family in the City of São Paulo — Latin American Studies — Program. Dissertation Series, n.º 12*. Feb. 1969.

Os indivíduos da classe trabalhadora reorganizam seus grupos sociais na área urbana relacionando-se com membros de outros grupos, por exemplo, religiosos. Daí a grande expansão, entre outros, dos cultos pentecostais, os quais quebram o isolamento com que a área urbana e industrial cerca as famílias migrantes.

Os dados expostos não permitem que se fale na existência de uma "família típica paulista". Existem tipos de organizações familiares estruturadas e organizadas conforme a classe social considerada. Perpassando todas elas há valores e comportamentos derivados de *antigos padrões tradicionais*. Estes se irradiam a partir da classe alta a qual, embora numericamente seja a menos representativa, é aquela que se impõe através do domínio dos canais de controle e de comunicação.

As mudanças sociais que se estão verificando são muito menos radicais do que aparentam. Dada a permanência dos padrões tradicionais quaisquer inovações repercutem exageradamente. É talvez por isso que programas educacionais, que abordam levemente certos temas como os sexuais, provocam tanto escândalo.

BIBLIOGRAFIA

1. BERLINK, Manuel Tosta — *The Structure of Brazilian Family in the City of São Paulo* — Latin American Studies Program. Dissertation Series, n.º 12, Feb. 1969.
2. CARDOSO, Fernando Henrique e Reyna, José Luiz — *Industrializacion, Estructura Ocupacional y Estratificación Social en América Latina*. Cepal/BNDE. 1967.
3. CEPAL — *El Desarrollo Social de América Latina en la Pos Guerra*. Solar/Hachette. 1964.
4. DARHENDORF, Ralf — *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial* — Ediciones Rialp. Madrid. 1962.
5. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Dados mimeografados. (Seção de Demografia Dinâmica). 1970.
6. DIEESE — *Pesquisa do Padrão de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo*. Mimeo. 1969.
7. Fundação Getúlio Vargas — Instituto Brasileiro de Economia. *Pesquisa sobre Orçamentos Familiares*. São Paulo. 1961-1962.
8. MOORE, Wilbert — *Social Change*. Prentice-Hall. Englewood Cliffs, New Jersey. 1963.
9. PEREIRA, Lulz — *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. Difusão Européia do Livro. 1965.
10. PEREIRA, Wladimir — *A Evolução Industrial Paulista e suas Consequências*. Tese mimeografada. 1969.
11. PEREIRA, Wladimir — *Implicações Demográficas do Desenvolvimento Econômico*: Revista Ciências Econômicas e Sociais, vol. 13, n.º 1, pp. 83-85.

12. SEN, Lalit — *The Concepts of Tradition and Modernity — A re-evaluation.* Tese apresentada ao II Congresso de Sociologia Rural realizado em Drienerlo-Enschede, Holanda. Agosto de 1968.
13. SIMÃO, Azis, MONTEIRO, Douglas T. e BLAY, Eva A. — *Formas Organizadas e Espontâneas de Organização Social num dos Bairros de São Paulo.* Pesquisa realizada entre 1963 e 1964 junto à Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.
14. SINGER, Paulo — *Evolução Urbana e Desenvolvimento Econômico.* Cia Editora Nacional. 1968.